

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

### **FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA**

#### **“Parque Industrial de Coimbrões (PIC) – Promoção da Acessibilidade”**

### **SECÇÃO II** **CLÁSULAS GERAIS**

#### **ARTIGO 1º**

##### **Objeto do Concurso**

1.1- Concurso Público com a referência PAQ 35/2025 – EDOC/2025/7112 – Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada “Parque Industrial de Coimbrões (PIC) – Promoção da Acessibilidade”, em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos.

1.2 – O concurso é aberto nos termos da alínea b) do N.º 1 do Artigo 20 do CCP na redação da Lei N.º 30/2021 de 21/5, que regula o presente concurso.

#### **ARTIGO 2º**

##### **Entidade Adjudicante**

2.1 - A entidade adjudicante é o Município de Viseu com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, com o número de telefone 232 427 427, site [www.cm-viseu.pt](http://www.cm-viseu.pt) e email [uocp@cmviseu.pt](mailto:uocp@cmviseu.pt).

2.2 - O processo de concurso decorre na Unidade Orgânica de Contratação e Logística, através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) de acordo com as condições constantes do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

#### **ARTIGO 3º**

##### **Órgão que tomou a decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Vice - Presidente, Eng.º João Paulo Gouveia, em 12/02/2025 no âmbito de competência própria.

## **ARTIGO 4º**

### **Impedimentos**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55º do Decreto-Lei nº 18//2018, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual (Código dos Contratos Públicos).

## **ARTIGO 5º**

### **Consulta e disponibilização das Peças do Procedimento**

5.1 - As peças do procedimento, são integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) e através da qual serão realizadas todas as notificações e comunicações.

5.2 - A participação no concurso, depende de prévia inscrição a ser efetuada no portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **ARTIGO 6º**

### **Preço Base**

A entidade adjudicante dispõe-se a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais prorrogações do mesmo, um valor máximo de 13.000€ (treze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

## **ARTIGO 7º**

### **Critério de Adjudicação e Desempate**

7.1 - A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade prevista na alínea b) do N.º 1 do Artigo 74º do CCP, isto é, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

7.2. - Caso se verifique empate das propostas, ocupa o primeiro lugar, o concorrente que apresentar o preço mais baixo para o Art.º 1.2 do mapa de trabalhos.

## **ARTIGO 8º**

### **Faturação e Condições de Pagamento**

8.1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, acrescidas do IVA à taxa legalmente em vigor, devem ser pagas mensalmente, de acordo com a execução da prestação do serviço. O valor dos honorários da prestação de serviços, é o correspondente ao valor da proposta adjudicada.

8.2 - O Adjudicatário deverá emitir faturas mensais, conforme os artigos descritos no mapa de quantidades, em formato eletrónico. A fatura só poderá ser emitida após a conclusão da prestação de serviços e/ou entrega dos bens para que possa ser processada e posteriormente paga, devendo mencionar na mesma o número sequencial de compromisso.

Nos termos do Artigo 299º-B do Código dos Contratos Públicos a mesma deve ser emitida eletronicamente e remetida através do portal SaphetyDoc ([www.saphety.com](http://www.saphety.com)), com o qual o Município de Viseu tem parceria.

8.3 - Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8.4 - Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no ponto 8.1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTAS**

## **ARTIGO 9º**

### **Prazo de apresentação de Propostas**

Nos termos estatuídos no Artigo 135º, o prazo para apresentação de propostas é de 6 (seis) dias, a contar da data do envio, para publicação, do anúncio do procedimento, no Diário da República, até às 23h59min.

## **ARTIGO 10º**

### **Pedidos de Esclarecimentos**

10.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no N.º 1 do Artigo 50º do CCP;

10.2 - A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

## **ARTIGO 11º**

### **Regras de Participação**

11.1 - As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

11.2 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

11.3 - Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

11.4 - Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.

11.5 - Quando existam preços unitários, a proposta deve mencionar que aos mesmos acresce o IVA, indicando a taxa legal aplicável ou a referência ao regime de isenção se for o caso.

11.6 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

11.7 - Em conformidade com o Artigo 65º do DL nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual, o prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

## **ARTIGO 12º**

### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **ARTIGO 13º**

### **Negociação**

As propostas não serão objeto de negociação.

## **ARTIGO 14º**

### **Documentos da Proposta**

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do Anexo I ao CCP nos termos da alínea a) do Artigo 57º do CCP.
- b) Proposta formulada nos termos do Anexo A, que se junta.

Os concorrentes têm de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento e o preenchimento da lista de preços unitários constantes do ficheiro “Lista Artigos”.

- c) Declaração de Honra do cumprimento do Artigo 419º-A do CCP. (Só aplicável às aquisições de serviços nos termos do Artigo 451º N.º 2 do CCP).
- d) Declaração do concorrente com a constituição nominal dos técnicos a afetar à fiscalização da empreitada indicando as funções a desempenhar pelo técnico, incluindo o respetivo curriculum vitae (ANEXO III);
- e) Declaração assinada pelos técnicos propostos, assumindo a responsabilidade pela função proposta, comprometendo-se a desempenhá-la durante toda a prestação com proficiência e rigor;
- f) Declaração do concorrente com a constituição nominal da equipa técnica com a função de Coordenação de Segurança em Obra, incluindo os respetivos curriculum vitae e Certificado de Aptidão Profissional (CAP) de Técnico Superior de Segurança e Higiene do Trabalho (ANEXO IV);
- g) Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do N.º 1 do Artigo 57º.

## **ARTIGO 15º**

### **Modo de Apresentação e entrega das Propostas**

15.1 - A proposta e os documentos que a constituem, são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

15.2 - A proposta e os documentos que a constituem, devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o

concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do Artigo 62º do CCP.

### **SECÇÃO III**

#### **CAUÇÃO**

#### **ARTIGO 16º**

##### **Prestação da Caução**

Não aplicável.

### **SECÇÃO IV**

#### **DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS**

#### **ARTIGO 17º**

##### **Documentos de Habilitação**

17.1 - Declaração emitida conforme o Anexo II do CCP, que também se junta, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial.

17.2 - Certidão do Registo Comercial do concorrente ou menção de código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos do DL N.º 76-A/2006, de 29 de março.

17.3 - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55º do CCP, DL N.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão e redação atual.

17.4 - Declaração de Inexistência de Impedimentos conforme Modelo Q em anexo, para cumprimento do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho.

17.5 - Documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual, nem a empresas públicas) O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei N.º 89/2017, de 21 de agosto, Artigo 37º N.º1 alínea b), proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto nos Artigos 87º-A e 86º N.º 1 do CCP.

17.6 - Documento com a indicação do IBAN da entidade.

17.7 - Certificação de PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.

17.8 - Declaração Laços de Interdependência, conforme Modelo em Anexo.

### **Artigo 18º**

#### **Modo e Prazo para apresentação dos Documentos de Habilitação pelo Adjudicatário**

18.1 - Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.

18.2 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação.

18.3 - O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86º é de 3 dias.

18.4 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 19º**

#### **Preço anormalmente Baixo**

Não aplicável.

### **Artigo 20º**

#### **Contrato Reservado**

Não aplicável.

### **Artigo 21º**

#### **Tratamento de Dados Pessoais**

21.1 - Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados (“RGPD”) – Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho , de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e á livre circulação desses dados, da Lei N.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais,

devendo, apos a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

21.2 - A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

21.3 - Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGD.

## **ARTIGO 22º**

### **Legislação Aplicável**

22.1 - Em tudo o que for omissso no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no CCP, aprovado pelo DL N.º 18/2008 de 29 de janeiro, e republicado pelo DL N.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua versão e redação atual.

22.2 - À contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso aplicam-se as regras constantes dos Artigos 470º e 471º do CCP.



## **Anexo A**

### **Modelo de Proposta**

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o Anúncio do Procedimento nº \_\_\_\_\_ publicado no DR/JOUE nº \_\_\_\_\_, obriga-se a fornecer os bens/prestar os serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor Global de \_\_\_\_\_ € (por extenso e por algarismos). A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Prazo de execução:

Prazo de manutenção da proposta (Em conformidade com o Artigo 65º do DL 18/2008, de 29 de janeiro):

Data e assinatura:

## **Anexo I**

### **Modelo de Declaração**

*[a que se refere a alínea a) do N.º 1 do Artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do N.º 3 do Artigo 256.º-A, conforme aplicável]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória

de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do Artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

*(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*

*(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.*

*(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do N.º 1 e nos N.ºs 2 e 3 do Artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do N.º 3 do Artigo 256.º-A, conforme aplicável.*

*(4) Nos termos do disposto nos N.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º*

## ANEXO II

### Modelo de Declaração

*[a que se refere a alínea a) do N.º 1 do Artigo 81.º]*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de  
(1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no N.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do N.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

*(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas*

*(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*

*(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(5) Nos termos do disposto nos N.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º*

## MODELO Q

### Declaração de Inexistência de Impedimentos

*(Declaração para cumprimento do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho)(1)*

Nome: \_\_\_\_\_

Número de Documento de Identificação: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

na qualidade de concorrente/candidato no procedimento de contratação pública

\_\_\_\_\_ Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números 1 a 5 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho;

(OU)

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos números 9 a 11 do Artigo 9º da Lei N.º 52/2019, de 31 de julho

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos*

## **ANEXO III**

### **Modelo de Declaração**

*(a que se refere a alínea d) do Artigo 14º do Programa)*

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), candidato(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada cumpre os requisitos necessários para a prestação de serviços, relativo às funções de Fiscal de Obra Residente, Técnico Instalação Elétrica e Técnico Instalação Mecânica, apresentando no quadro seguinte os técnicos que integram a equipa técnica, relativamente aos quais apresenta em anexo os respetivos documentos comprovativos.

Nome	Função	N.º Cédula Profissional da OE (ou equivalente)	Anos Experiência Profissional em Fiscalização (n.º)

Documentos anexos:

- Curriculum vitae
- Declaração da Ordem dos Engenheiros (ou equivalente)

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

*(1) Nos termos do disposto nos N.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º*

## **ANEXO IV**

### **Modelo de Declaração**

*(a que se refere a alínea f) do Artigo 14º do Programa)*

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), candidato(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara que a sua representada cumpre o requisito mínimo de capacidade técnica definido relativo à função de Coordenador de Segurança em Obra, apresentando no quadro seguinte os técnicos, relativamente aos quais apresenta em anexo os respetivos documentos comprovativos.

Nome	N.º CAP	Anos Experiência Profissional como CSO (n.º)

Documentos anexos:

- Curriculum vitae
- Certificado de Aptidão Profissional de Técnico Superior de Higiene e Segurança

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

*(1) Nos termos do disposto nos N.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º*

## Declaração Laços de Interdependência

Para os devidos efeitos, a Empresa \_\_\_\_\_ com o  
Número de Identificação Fiscal \_\_\_\_\_ e Sede em  
\_\_\_\_\_ declara, sob compromisso de honra (1)  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Por ser verdade se assina a presente declaração

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025  
(Assinatura)

Documento de Habilitação - Identificar os laços de interdependência dos concorrentes com outras entidades, nomeadamente: a) participação maioritária no capital; b) elementos que impliquem um especial relacionamento entre si, como os que decorrem de partilharem representantes legais ou sócios.